



ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES E CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DECORRENTES DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO, DA ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA PRIMAV ECORODOVIAS S.A.

Por este instrumento particular:

- (i) Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., sociedade por ações com sede na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, 1º e 2º andares, CEP 09845-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.873.873/0001-10, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Ecorodovias" ou "Emissora");
- (ii) Primav Ecorodovias S.A., companhia aberta, com sede, foro e domicílio na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 11º andar, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.149.454/0001-80, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Fiadora" ou "Primav"); e
- (iii) Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade de responsabilidade limitada credenciada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Rua Sete de Setembro, 99, 24º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 1ª emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas"),

vêm por esta e na melhor forma do direito firmar a presente Escritura da 1ª (primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Decorrentes de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio, da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e com Garantia Adicional Fidejussória da Primav Ecorodovias S.A. ("Escritura"), em até três séries, contendo as seguintes cláusulas e condições:

**CAPÍTULO I
DA AUTORIZAÇÃO**

1. A Escritura é firmada com base nas seguintes autorizações:

(i) Assembléia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 26 de outubro de 2009 ("AGE"), na qual foi (a) deliberada a 1ª emissão da Emissora de 600.000 (seiscentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real de alienação fiduciária de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, e garantia adicional fidejussória da Fiadora, em até três séries ("Emissão" ou "Oferta"), com valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão, abaixo definida, perfazendo o montante total de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) ("Debêntures"); (b) deliberada a prestação de garantias de cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de dividendos e juros sobre capital próprio pela Emissora com relação à Oferta; (c) deliberada a autorização à Diretoria da Emissora para (1) efetivar a Emissão junto à entidades públicas e privadas; (2) contratar o Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder") e o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores") para procederem à colocação pública das Debêntures; e (3) formalizar os documentos necessários, incluindo mas não se limitando aos contratos aplicáveis, para efetivação da Emissão; e (d) delegado ao Conselho de Administração da Emissora ("RCA da Emissora") competência para deliberar sobre determinadas condições aplicáveis à Emissão, nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); e

(ii) Reunião do Conselho de Administração da Fiadora ("RCA da Fiadora"), realizada em 26 de outubro de 2009, na qual foram deliberadas as condições da prestação de garantias



pela Fiadora no contexto da Emissão, quais sejam: (a) concessão da fiança pela Fiadora em favor dos Debenturistas; (b) cessão fiduciária de direitos creditórios; e (c) a alienação fiduciária de 51% das ações detidas pela Fiadora no capital social total, e inclusive no capital votante da Emissora.

CAPÍTULO II **DOS REQUISITOS**

2. A Emissão será feita com a observância dos seguintes requisitos:

Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias

2.1. A ata da AGE que deliberou sobre a presente Emissão foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 429.895/09-4, em 05 de novembro de 2009, e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário de Notícias" e 11 de novembro de 2009.

2.2. Os atos societários que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão arquivados na JUCESP. Dentre estes eventuais atos encontra-se a ata da RCA da Emissora que irá deliberar sobre a taxa de juros aplicável às Debêntures, após a realização do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"), nos termos do artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("CVM" e "Instrução CVM 400", respectivamente).

2.3. A ata da RCA da Fiadora que aprovou a assunção de obrigações decorrentes da fiança prestada pela Fiadora, cessão fiduciária de direitos creditórios e alienação de ações com relação à Emissão foi devidamente arquivada na JUCESP, sob nº 429.486/09-1 em 05 de novembro de 2009, e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico" em 11 de novembro de 2009.

Inscrição da Escritura

2.4. A presente Escritura e seus aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.5. A Emissão será registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.385/76") e da Lei das Sociedades por Ações, bem como das demais disposições legais e regulamentares pertinentes, especialmente a Instrução CVM nº 400.

Registro para Distribuição nos Mercados Primário e Secundário

2.6. As Debêntures da presente Emissão serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, respectivamente, (a) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do Sistema BovespaFix ("BovespaFix") (este último ambiente de negociação de ativos de renda fixa), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Emissão e da negociação das Debêntures.

Constituição de Garantias Reais

2.7. As garantias reais descritas na cláusula 3.7 e Capítulo VIII foram devidamente constituídas através do registro do Instrumento Particular De Alienação Fiduciária De Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Decorrentes de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio ("Instrumento de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios") no(s) competente(s) cartório(s) de títulos e documentos, bem como através da averbação, conforme o caso, da alienação fiduciária de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios no competente livro



de registro de ações de cada sociedade em que as ações foram alienadas e/ou cujos direitos creditórios foram cedidos fiduciariamente.

CAPÍTULO III

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS TRÊS SÉRIES

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

Valor Total

3.1. A presente Escritura representa a 1ª emissão de debêntures da Emissora. O valor total da Emissão é de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 3.10 desta Escritura.

Valor Nominal Unitário

3.2. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

Quantidade de Debêntures e Número de Séries

3.3. A Emissão será realizada em até três séries ("Debêntures da 1ª Série", "Debêntures da 2ª Série" e "Debêntures da 3ª Série"), a serem decididas em comum acordo entre Emissora e os Coordenadores após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. O número de Debêntures a ser alocado em cada uma das Séries será definido em conjunto com os Coordenadores, de modo que quaisquer das Séries poderão vir a não ser emitidas, sendo que qualquer decisão pela manutenção ou exclusão da 2ª e 3ª séries deverá ser válida para ambas as séries conjuntamente. Além disso, a quantidade de Debêntures da 2ª Série a ser eventualmente emitida deverá ser a mesma quantidade de Debêntures da 3ª Série, e vice-versa. Serão emitidas 600.000 (seiscentas mil) Debêntures.

Forma

3.4. As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador (conforme abaixo definido). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures custodiadas no SND, extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia, em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

Conversibilidade

3.5. As Debêntures não serão conversíveis em ações.

Espécie

3.6. As Debêntures serão da espécie com garantia real de alienação fiduciária de ações detidas pela Primav no capital social total e inclusive no capital votante da Emissora, cessão fiduciária de direitos creditórios da Emissora e da Primav, bem como com garantia adicional fidejussória da Primav.

Garantias

3.7. As Debêntures serão garantidas através:

- (i) da alienação fiduciária de 51% (cinquenta e um por cento) das ações detidas pela Fiadora no capital social total, e inclusive no capital votante da Emissora;
- (ii) da cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios devidos à Emissora e/ou Fiadora, conforme o caso, provenientes das distribuições de dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições, que venham a ser declarados



ou pagos pela Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. – Ecovia (“Ecovia”), pela Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul (“Ecosul”) e pela Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas (“Ecocataratas”) à Emissora e/ou Fiadora;

- (iii) da fiança da Fiadora, nos termos do Capítulo VII abaixo.

Limite de Emissão

3.8. A Emissão atende aos limites previstos na alínea “a”, parágrafo 1º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações tendo em vista que o volume da Emissão não ultrapassa 80% do valor dos bens gravados como garantia real na Emissão representada por alienação fiduciária das ações da Emissora, conforme laudo de avaliação preparado pela KPMG Corporate Finance Ltda., datado de 26 de outubro de 2009.

	R\$ (milhões)
Garantia real representada pela alienação fiduciária das ações	1.501
Valor da Emissão	600
Limite da Emissão = 80% de R\$ 1.501	1.201

Regime de Colocação

3.9. Os Coordenadores se comprometem a estruturar, de forma não solidária, a Emissão em regime de garantia firme de colocação até o limite de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), nos termos e proporções estabelecidos no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação de Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e com Garantia Adicional Fidejussória da Primav Ecorodovias S.A., a ser celebrado entre a Emissora, os Coordenadores e a Fiadora (“Contrato de Distribuição”).

Data de Emissão

3.10. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de novembro de 2009 (“Data de Emissão”).

Local de Pagamento

3.11. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP e da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os Debenturistas que não estejam depositadas em custódia vinculada à BM&BOVESPA e ao SND da CETIP.

Imunidade dos Debenturistas

3.12. Caso qualquer titular de Debênture goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário (conforme abaixo definido), no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Prorrogação dos Prazos

3.13. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.



Encargos Moratórios

3.14. Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficará a Emissora sujeita ao pagamento de multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos do Rendimento da 1ª Série, Rendimento da 2ª Série, e/ou Rendimento da 3ª Série (conforme definido nas cláusulas 4.5, 5.4, e 6.4, respectivamente, desta Escritura) desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

Mora do Debenturista

3.15. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.14 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do seu respectivo vencimento.

Publicidade

3.16. Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no Jornal "Valor Econômico", edição nacional, considerando que aqueles exigidos pela Lei das S.A. serão feitos também no DOESP e no jornal de circulação utilizado habitualmente pela Emissora e/ou Fiadora, conforme o caso.

Destinação dos Recursos

3.17. Os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures serão destinados para (a) pagamento de dívida representada por notas promissórias comerciais da Emissora; e (b) capitalização da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas"), na forma prevista no prospecto preliminar da Emissão ("Prospecto Preliminar") e a ser descrito no prospecto definitivo da Emissão ("Prospecto Definitivo", e em conjunto com o Prospecto Preliminar, os "Prospectos").

Repactuação

3.18. As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

Banco Mandatário

3.19. O banco mandatário da Emissão é o Banco Itaú S.A. (cuja denominação foi alterada para Itaú Unibanco S.A., alteração essa que está em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil) ("Banco Mandatário").

Agente Escriturador

3.20. O agente escriturador da Emissão é a Itaú Corretora de Valores S.A. ("Agente Escriturador").

Oferta de Resgate Antecipado

3.21. Sem prejuízo do disposto na Cláusulas 4.16 e 5.17 abaixo, a Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de seu Conselho de Administração, realizar uma oferta de resgate antecipado parcial ou total das Debêntures (da 1ª, 2ª e/ou 3ª Séries), endereçada aos Debenturistas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

(a) a Emissora comunicará aos Debenturistas acerca da intenção de realizar uma Oferta de Resgate Antecipado por meio da publicação de um edital, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data da liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, e solicitará aos Debenturistas que



indiquem sua intenção de aderir à Oferta de Resgate Antecipado, os quais deverão se manifestar com no mínimo 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data definida para a liquidação antecipada ("Data da Liquidação da Oferta de Resgate Antecipado");

(b) o edital da Oferta de Resgate Antecipado deverá indicar se a referida oferta é direcionada aos Debenturistas da 1ª, 2ª ou 3ª Séries ou a todos, e deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) a data da Oferta de Resgate Antecipado; e (b) o valor a ser pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado, que deverá ser composto pelo (i) saldo do Valor Nominal para as Debêntures da 1ª Série objeto do resgate, ou saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 2ª e 3ª séries objeto do resgate, ambos acrescidos da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior e conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (ii) os respectivos prêmios, se for o caso, que serão pagos aos Debenturistas que aderirem à Oferta de Resgate Antecipado;

(c) caso a Emissora opte pelo resgate antecipado parcial das Debêntures de quaisquer das séries e o número de Debenturistas que tenham aderido à Oferta de Resgate Antecipado seja maior do que o número ao qual a referida oferta foi originalmente direcionada, então o resgate será feito mediante sorteio, cujo procedimento será definido em edital. Os Debenturistas sorteados serão comunicados com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência sobre a Oferta de Resgate Antecipado;

(d) na Data de Liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a Emissora irá proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que as Debêntures serão liquidadas em uma única data;

(e) caso as Debêntures estejam custodiadas no SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP. Para tal a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 1 (um) dia útil de sua realização, para resgate antecipado total; e

(f) caso as Debêntures estejam custodiada na BMF&FBOVESPA, o evento seguirá os procedimentos da BMF&FBOVESPA. Para tal a BMF&FBOVESPA deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 1 (um) dia útil de sua realização.

3.21.1. As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

3.22. No caso de resgate antecipado parcial das Debêntures da 1ª, 2ª ou 3ª Séries, para as Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries registradas no SND e/ou no BovespaFix, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através de "operação de compra e de venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas, tanto do processo de resgate antecipado parcial quanto do processo de resgate antecipado total, de habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA. Fica definido que, caso a CETIP e/ou da BM&FBOVESPA venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

3.23. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da 1ª, 2ª ou 3ª Séries, conforme o caso, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento imediatamente anterior da Remuneração da 1ª, 2ª ou 3ª Séries, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações.

3.24. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento a esta Escritura.

3.25. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

CAPÍTULO IV



DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 1ª SÉRIE

Quantidade

4.1. O número de Debêntures da 1ª Série será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, conforme apurados no Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento a esta Escritura.

Prazo e Data de Vencimento

4.2. O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série será de 42 (quarenta e dois) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2013 ("Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série").

Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal

4.3. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado em 5 (cinco) parcelas iguais, conforme a tabela a seguir ("Amortização da 1ª Série"):

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser Amortizado
15 de maio de 2011	20%
15 de novembro de 2011	20%
15 de maio de 2012	20%
15 de novembro de 2012	20%
15 de maio de 2013	20%

Atualização e Remuneração das Debêntures da 1ª Série

Atualização

4.4. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não será atualizado.

Remuneração da 1ª Série

4.5. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da 1ª Série" ou "Rendimento da 1ª Série") correspondente à variação das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo ("Taxas DI"), calculadas e divulgadas pela CETIP ("CDI"), capitalizada de um spread equivalente a, no máximo, 2,00% (dois inteiros por cento) ao ano, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor nominal total da Emissão da 1ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture da 1ª Série, a partir da Data da Emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, e paga semestralmente, conforme definido na Cláusula 4.18 abaixo.

4.6. A Remuneração da 1ª Série será apurada em Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento a esta Escritura de Emissão. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário de Notícias"; (ii) objeto de aditamento desta Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

4.7. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento da Remuneração da 1ª Série, conforme definido na cláusula abaixo.

4.8. O cálculo da Remuneração da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:



$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNe = valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- $FatorJuros$ = fator de juros composto pelo $FatorDI$ e $FatorSpread$, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

- $FatorDI$ = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

- k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n
- n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;
- TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais.

- $FatorSpread$ = sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread = Spread, ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;
n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a próxima Data de Pagamento da Remuneração, sendo "n" um número inteiro;

O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

"Período de Capitalização": significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.9. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, na apuração de TDI_k a última taxa DI_k divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da 1ª Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI_k que seria aplicável.

4.10. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência da Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (Taxa Substitutiva). A Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI o que ocorrer primeiro. Até a deliberação da Taxa Substitutiva, a última taxa DI_k divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação da Taxa Substitutiva.

4.11. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série, a referida Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série não será mais realizada, e a Taxa DI_k a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizado para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures da 1ª Série.



4.12. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas da 1ª Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 1ª Série em circulação, a Emissora optará, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas da 1ª Série, qual a alternativa escolhida:

(a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures da 1ª Série, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas da 1ª Série, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso, a taxa DI_k a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será a última taxa DI_k disponível; ou

(b) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures da 1ª Série. Durante o prazo de amortização das Debêntures da 1ª Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures da 1ª Série será utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva. Referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) precisam ser necessariamente aprovados em Assembléia Geral de Debenturistas da 1ª Série, seguindo os quóruns aplicáveis mencionados no Capítulo XI abaixo. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.13. O pagamento da Remuneração da 1ª Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, nos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2010 e o último pagamento em 15 de maio de 2013, na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, conforme tabela a seguir:

Pagamento da Remuneração da 1ª Série
15 de maio de 2010
15 de novembro de 2010
15 de maio de 2011
15 de novembro de 2011
15 de maio de 2012
15 de novembro de 2012
15 de maio de 2013

Integralização

4.14. A integralização das Debêntures da 1ª Série será à vista, em moeda corrente nacional, na data de subscrição, conforme disposto na Cláusula 4.15 abaixo.

Preço e Prazo de Subscrição

4.15. As Debêntures da 1ª Série serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido de sua Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.5 desta Escritura. O prazo de subscrição e integralização das Debêntures da 1ª Série é de até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação do anúncio de início da Emissão de Debêntures.

Resgate Antecipado

8º TABELADO DE NOTAS DA CAPITAL
NEL DOUGLAS E DUALBI - Tabelado
nosso - Subst. Designados
Autenticado a presente
cópia reprográfica, conforme o original a mim
apresentado do que dou fé.

S. Paulo
SP 09 DEZ. 2009

Visto e autenticado
com o selo de
Autenticidade



4.16. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de seu Conselho de Administração, e a partir do 24º mês contado da Data da Emissão ("Data de Início do Resgate Antecipado Compulsório da 1ª Série"), realizar o resgate antecipado compulsório das Debêntures da 1ª Série, total ou parcialmente, endereçada aos Debenturistas da 1ª Série ("Resgate Antecipado Compulsório da 1ª Série"). O Resgate Antecipado Compulsório da 1ª Série será operacionalizado da seguinte forma:

(a) a Emissora comunicará os Debenturistas da 1ª Série acerca do Resgate Antecipado Compulsório da 1ª Série por meio da publicação de um aviso sobre o Resgate Antecipado Compulsório, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência da data definida para a liquidação antecipada ("Data da Liquidação do Resgate Antecipado Compulsório");

(b) caso a Emissora opte pelo resgate antecipado compulsório parcial das Debêntures da 1ª Série, tal resgate será feito mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário, cujo procedimento será informado no aviso. Os Debenturistas da 1ª Série sorteados serão comunicados com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência sobre o Resgate Antecipado Compulsório;

(c) na Data de Liquidação do Resgate Antecipado Compulsório a Emissora irá proceder à liquidação do Resgate Antecipado Compulsório da 1ª Série, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido do rendimento aplicável e acrescido também de um prêmio, conforme o seguinte cálculo:

$$P = d/D * 0,0075 * (VNe + J)$$

onde:

P = prêmio de Resgate Antecipado Compulsório da 1ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a Data da Liquidação do Resgate Antecipado Compulsório e a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série;

D = quantidade de dias corridos entre a Data de Início do Resgate Antecipado Compulsório da 1ª Série e a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série;

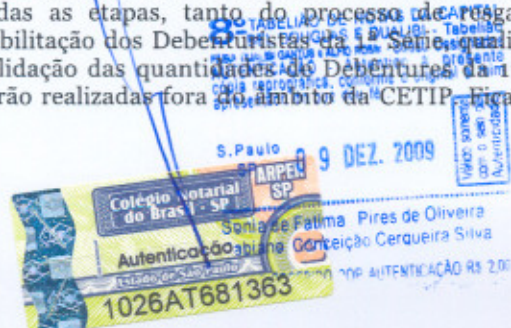
J = valor dos juros devidos na Data de Liquidação do Resgate Antecipado Compulsório, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNE = valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da debênture na Data de Liquidação do Resgate Antecipado Compulsório, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

(d) caso as Debêntures da 1ª Série estejam custodiadas na SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP. Para tal a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 1 (um) dia útil de sua realização para resgate antecipado total;

(e) caso as Debêntures da 1ª Série estejam custodiadas na BM&FBovespa, o evento seguirá os procedimentos da BM&FBovespa. Para tal a BM&FBovespa deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 1 (um) dia útil de sua realização.

No caso de resgate antecipado parcial compulsório das Debêntures da 1ª Série, para as Debêntures da 1ª Série registradas no SND, a operacionalização do resgate antecipado compulsório será realizada através de "operação de compra e de venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas, tanto do processo de resgate antecipado compulsório total ou parcial, de habilitação dos Debenturistas da 1ª Série para a participação no sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures da 1ª Série a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar



outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura ou qualquer outra formalidade;

As Debêntures da 1ª Série resgatadas serão canceladas pela Emissora

CAPÍTULO V **DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 2ª SÉRIE**

Quantidade

5.1. O número de Debêntures da 2ª Série será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures nas diferentes taxas de remuneração, conforme apurado pelo Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento desta Escritura.

Prazo e Data de Vencimento

5.2. O prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série será de 66 (sessenta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2015, data em que será pago o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definido) ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração da 2ª Série (conforme definido abaixo) em moeda corrente nacional, nos termos desta Escritura.

Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal

5.3. O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série será amortizado em três parcelas, conforme a tabela a seguir ("Amortização da 2ª Série"):

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser Amortizado
15 de maio de 2013	33,3%
15 de maio de 2014	33,3%
15 de maio de 2015	33,4%

Atualização e Remuneração das Debêntures da 2ª Série

5.4. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série farão jus ao seguinte rendimento, composto pela Atualização da 2ª Série (conforme definida abaixo) e pela Remuneração da 2ª Série (conforme definida abaixo) ("Rendimento da 2ª Série"):

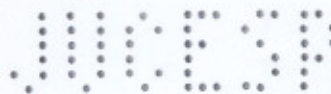
Atualização da 2ª Série

5.5. As Debêntures da 2ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado ("Atualização da 2ª Série"), a partir da Data de Emissão, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado mensalmente e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA") ("Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série"), sendo o produto da Atualização da 2ª Série incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:





- VNa = valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe = valor nominal total da emissão da 2ª Série, ou saldo do valor nominal unitário da Debênture da 2ª Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

- n = número total de números-índices considerados na atualização, sendo n um número inteiro;
- NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;
- NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês " k ";
- Dup = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou última data de aniversário imediatamente anterior e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice de preço, sendo " dup " um número inteiro;
- Dut = número de dias úteis contidos entre a Data de Emissão ou data de aniversário imediatamente anterior e a próxima data de aniversário, sendo " dut " um número inteiro.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

- i. O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;
- ii. Considera-se data de aniversário o dia 15 (quinze) de cada mês ou o primeiro dia útil seguinte caso o dia 15 (quinze) não seja dia útil;
- iii. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos do ativo em questão;

- iv. Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

v. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento;

vi. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior.



5.6. Caso, se até a data de aniversário, NI_k não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NI_k na apuração do Fator "C" um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") ("Número-Índice Projetado" e "Projeção") da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

onde:

NI_{kp} : Número-Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 casas decimais, com arredondamento;

Projeção : variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

(i) o Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas da 2ª Série quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

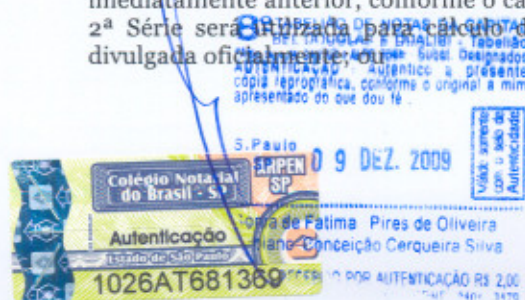
(ii) o número-índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

5.7. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (Taxa Substitutiva). A Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado.

5.8. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série, a referida Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série não será mais realizada, e o IPCA a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Atualização da 2ª Série.

5.9. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas da 2ª Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 2ª Série em circulação, a Emissora optará por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série, qual a alternativa escolhida:

(a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures da 2ª Série, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização da 2ª Série será utilizada, para o cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente, ou



(b) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures da 2ª Série. Durante o prazo de amortização das Debêntures da 2ª Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observando que, até a amortização integral das Debêntures da 2ª Série será utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva. Referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) precisam ser necessariamente aprovados em Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série, seguindo os quóruns aplicáveis mencionados no Capítulo XI abaixo. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Periodicidade e Valor de Pagamento da Atualização da 2ª Série

5.10. A Atualização das Debêntures da 2ª Série será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário, e na proporção do Valor Nominal Unitário amortizado, exclusivamente (i) nas datas de Amortização da 2ª Série, conforme tabela abaixo; (ii) por ocasião de Oferta de Resgate Antecipado que trata a cláusula 3.21 acima; e/ou (iii) por ocasião do Resgate Antecipado Compulsório que trata a cláusula 5.17 abaixo.

Pagamento da Atualização da 2ª Série
15 de maio de 2013
15 de maio de 2014
15 de maio de 2015

Remuneração da 2ª Série

5.11. As Debêntures da 2ª Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da 2ª Série") correspondente a um spread sobre o Valor Nominal Atualizado, a ser definido em Procedimento de *Bookbuilding*, que se iniciará com remuneração definida com base no cupom da NTN-B de vencimento em maio de 2015, acrescida de um spread equivalente a, no máximo, 250 bps ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor nominal total da Emissão da 2ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture da 2ª Série, a partir da Data da Emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, e pagos anualmente, conforme definido na Cláusula 5.14 abaixo.

5.12. A Remuneração da 2ª Série, mencionada na Cláusula 5.11 acima, será apurada em Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento a esta Escritura de Emissão. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário de Notícias"; (ii) objeto de aditamento desta Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

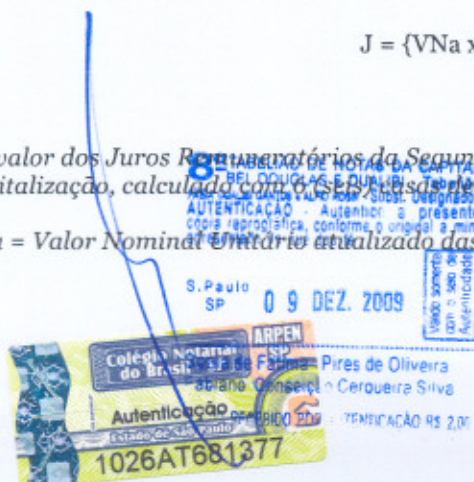
5.13. O cálculo da Remuneração da 2ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6



JURIS

(seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNa = valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- $FatorJuros$ = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

- taxa = taxa de juros fixa das Debêntures da 2ª Série a ser apurada no Procedimento de Bookbuilding, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;
- DP = número de dias úteis entre a Data de Pagamento de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série

5.14. O pagamento da Remuneração da 2ª Série será feito anualmente, a partir do 18º mês a contar da Data de Emissão, conforme tabela abaixo.

Pagamento da Remuneração da 2ª Série
15 de maio de 2011
15 de maio de 2012
15 de maio de 2013
15 de maio de 2014
15 de maio de 2015

Integralização

5.15. A integralização das Debêntures da 2ª Série será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, conforme disposto na cláusula abaixo.

Preço de Subscrição





5.16. As Debêntures da 2ª Série serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido de sua Remuneração e Atualização, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto nas Cláusulas 5.5ª e 5.11 desta Escritura.

Resgate Antecipado Compulsório

5.17. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de seu Conselho de Administração, e a partir do 36º mês contado da Data da Emissão ("Data de Início do Resgate Antecipado da 2ª Série") realizar o resgate antecipado compulsório das Debêntures da 2ª Série, total ou parcialmente, endereçada aos Debenturistas da 2ª Série ("Resgate Antecipado Compulsório da 2ª Série"). O Resgate Antecipado da 2ª Série implica obrigatoriamente no Resgate Antecipado da 3ª Série, abaixo definido, na mesma quantidade resgatada para as Debêntures da 2ª Série. O Resgate Antecipado da 2ª Série será operacionalizado da seguinte forma:

(a) a Emissora comunicará os Debenturistas da 2ª Série acerca do Resgate Antecipado Compulsório da 2ª Série por meio da publicação de um aviso sobre o Resgate Antecipado Compulsório, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência da data definida para a liquidação antecipada ("Data da Liquidação do Resgate Antecipado Compulsório");

(b) caso a Emissora opte pelo resgate antecipado compulsório parcial das Debêntures da 2ª Série, tal resgate será feito mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário, cujo procedimento será informado no aviso. Os Debenturistas da 2ª Série sorteados serão comunicados com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência sobre o Resgate Antecipado;

(c) na Data da Liquidação Antecipada do Resgate Compulsório a Emissora irá proceder à liquidação do Resgate Antecipado Compulsório da 2ª Série, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário atualizado não amortizado, acrescido do rendimento aplicável e acrescido também de um prêmio, conforme o seguinte cálculo:

$$P = d/D * 0,015 * (VNe + J)$$

onde:

P = prêmio de Resgate Antecipado Compulsório da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a Data da Liquidação do Resgate Antecipado Compulsório e a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série;

D = quantidade de dias corridos entre Data de Início do Resgate Antecipado da 2ª Série e a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série;

J = valor dos juros devidos na Data de Liquidação do Resgate Antecipado Compulsório, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNE = valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da debênture na Data de Liquidação do Resgate Antecipado Compulsório, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

(d) caso as Debêntures da 2ª Série estejam custodiadas na SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP. Para tal a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 1 (um) dia útil de sua realização para resgate antecipado total;

(e) caso as Debêntures da 2ª Série estejam custodiadas na BM&FBovespa, o evento seguirá os procedimentos da BM&FBovespa. Para tal a BM&FBovespa deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 1 (um) dia útil de sua realização.

No caso de resgate antecipado parcial compulsório das Debêntures da 2ª Série, para as Debêntures da 2ª Série registradas no SND, a operacionalização do resgate antecipado compulsório será realizada através de "apuração de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas, tanto do processo de resgate antecipado compulsório total ou parcial, de habilitação dos Debenturistas da 2ª Série, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de



2ª Série a serem resgatadas por
a definição que, caso a CETIP ve
evento parcial, não haverá a nece
dade.

CAPÍTULO VI

Quantidade

Prazo e Data de Vencimento

Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser Amortizado
15 de novembro de 2013	33,33%
15 de novembro de 2014	33,33%
15 de novembro de 2015	33,34%

Atualização da 3ª Série

$$V_{Na} = V_{Ne} \times C$$

8º TABELÃO DE NOTAS DE CAPITAL
 BEL DOUGLAS E QUALIFI - Tabelão
 PARA QUALIFI SANTOS E ALFO ROS - Sstst. Designados
 AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
 cópia reprográfica, conforme o original a mim
 apresentado do que dou fé.

09 DEZ. 2009

Colégio Notarial do Brasil - SP

Autenticação

1026AT681380

Fátima Pires de Oliveira
 Conceição Carqueira Silva

VERIFICADO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,00
 CUSTO DE CÔPIA R\$ 1,00

Vendo por este
 Tabelão de
 Autenticação

- VNa = valor nominal atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe = valor nominal total da emissão da 3ª Série ou saldo do valor nominal unitário da Debênture da 3ª Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

- n = número total de números-índices considerados na atualização, sendo n um número inteiro;
- NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;
- NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";
- dup = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data de aniversário imediatamente anterior e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice de preço, sendo "dup" um número inteiro;
- dut = número de dias úteis contidos entre a Data de Emissão ou data de aniversário imediatamente anterior e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

- O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;
- Considera-se data de aniversário o dia 15 (quinze) de cada mês ou o primeiro dia útil seguinte caso o dia 15 (quinze) não seja dia útil;
- Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos do ativo em questão;

- iv. Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

- v. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento;

- vi. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior.



6.6. Caso, se até a data de aniversário, NI_k não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NI_k na apuração do Fator "C" um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") ("Número-Índice Projetado" e "Projeção") da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

onde:

NI_{kp} : Número-Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 casas decimais, com arredondamento;

Projeção: variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

(i) o Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas da 3ª Série quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

(ii) o número-índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

6.7. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Série (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (Taxa Substitutiva). A Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Série será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado.

6.8. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Série, a referida Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Série não será mais realizada, e o IPCA a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Atualização da 3ª Série.

6.9. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas da 3ª Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 3ª Série em circulação, a Emissora optará por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Série, qual a alternativa escolhida:

(a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures da 3ª Série, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Série, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização da 3ª Série será utilizada para cálculo do fator "C" a última variação disponível IPCA divulgada oficialmente; ou

(b) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures



da 3ª Série em circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures da 3ª Série. Durante o prazo de amortização das Debêntures da 3ª Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures da 3ª Série será utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva. Referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) precisam ser necessariamente aprovados em Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Série, seguindo os quóruns aplicáveis mencionados no Capítulo XI abaixo. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Periodicidade e Valor de Pagamento da Atualização da 3ª Série

6.10. A Atualização das Debêntures da 3ª Série será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário, e na proporção do Valor Nominal Unitário amortizado, exclusivamente (i) nas datas de Amortização da 3ª Série, conforme tabela abaixo; (ii) por ocasião de Oferta de Resgate Antecipado que trata a cláusula 3.21 acima; e/ou (iii) por ocasião do Resgate Antecipado Compulsório que trata a cláusula 6.17 abaixo.

Pagamento da Atualização da 3ª Série
15 de novembro de 2013
15 de novembro de 2014
15 de novembro de 2015

Remuneração da 3ª Série

6.11. As Debêntures da 3ª Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da 3ª Série") correspondente a um spread sobre o Valor Nominal Atualizado, a ser definido em Procedimento de *Bookbuilding*, que se iniciará com remuneração definida com base no cupom da NTN-B de vencimento em maio de 2015, acrescida de um spread equivalente a, no máximo, 250 bps ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor nominal da Emissão da 3ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture da 3ª Série, a partir da Data da Emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, e pagos anualmente, conforme definido na Cláusula 6.14 abaixo.

6.12. A Remuneração da 3ª Série mencionada na Cláusula 6.11 acima será apurada em Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento a esta Escritura de Emissão. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário de Notícias"; (ii) objeto de aditamento desta Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

6.13. O cálculo da Remuneração da 3ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Terceira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

taxa = taxa de juros fixa das Debêntures da 3ª Série a ser apurada no Procedimento de Bookbuilding, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de dias úteis entre a Data de Pagamento de Remuneração da 3ª Série imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

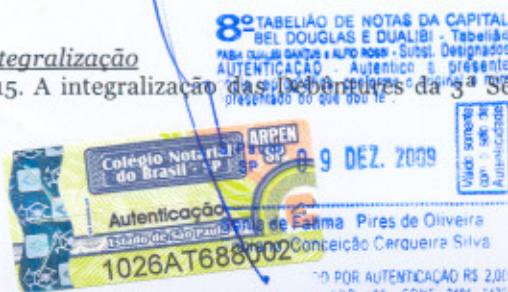
Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série

6.14. O pagamento da Remuneração da 3ª Série será feito anualmente, a partir do 12º mês a contar da Data de Emissão, conforme tabela abaixo.

Pagamento da Remuneração da 3ª Série
15 de novembro de 2010
15 de novembro de 2011
15 de novembro de 2012
15 de novembro de 2013
15 de novembro de 2014
15 de novembro de 2015

Integralização

6.15. A integralização das Debêntures da 3ª Série será à vista, na data de subscrição, em moeda



corrente nacional, conforme disposto na cláusula abaixo.

Preço de Subscrição

6.16. As Debêntures da 3ª Série serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido de sua Remuneração e Atualização, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto nas Cláusulas 6.5 e 6.11 desta Escritura.

Resgate Antecipado Compulsório

6.17. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de seu Conselho de Administração, e a partir do 36º mês contado da Data da Emissão ("Data de Início do Resgate Antecipado da 3ª Série") realizar o resgate antecipado compulsório das Debêntures da 3ª Série, total ou parcialmente, endereçada aos Debenturistas da 3ª Série ("Resgate Antecipado Compulsório da 3ª Série"). O Resgate Antecipado da 3ª Série implica obrigatoriamente no Resgate Antecipado da 2ª Série, na mesma quantidade resgatada para as Debêntures da 3ª Série. O Resgate Antecipado da 3ª Série será operacionalizado da seguinte forma:

(a) a Emissora comunicará os Debenturistas da 3ª Série acerca do Resgate Antecipado Compulsório da 3ª Série por meio da publicação de um aviso sobre o Resgate Antecipado Compulsório, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência da data definida para a liquidação antecipada ("Data da Liquidação do Resgate Antecipado Compulsório");

(b) caso a Emissora opte pelo resgate antecipado compulsório parcial das Debêntures da 3ª Série, tal resgate será feito mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário, cujo procedimento será informado no aviso. Os Debenturistas da 3ª Série sorteados serão comunicados com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência sobre o Resgate Antecipado;

(c) na Data da Liquidação Antecipada do Resgate Compulsório a Emissora irá proceder à liquidação do Resgate Antecipado Compulsório da 3ª Série, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário atualizado não amortizado, acrescido do rendimento aplicável e acrescido também de um prêmio, conforme o seguinte cálculo:

$$P = d/D * 0,015 * (Vne + J)$$

onde:

P = prêmio de Resgate Antecipado Compulsório da 3ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a Data da Liquidação do Resgate Antecipado Compulsório e a Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série;

D = quantidade de dias corridos entre Data de Início do Resgate Antecipado da 3ª Série e a Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série;

J = valor dos juros devidos na Data de Liquidação do Resgate Antecipado Compulsório, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

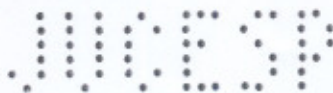
VNE = valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da debênture na Data de Liquidação do Resgate Antecipado Compulsório, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

(d) caso as Debêntures da 3ª Série estejam custodiadas na SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP. Para tal a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 1 (um) dia útil de sua realização para resgate antecipado total;

(e) caso as Debêntures da 3ª Série estejam custodiadas na BM&FBovespa, o evento seguirá os procedimentos da BM&FBovespa. Para tal a BM&FBovespa deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 1 (um) dia útil de sua realização.

No caso de resgate antecipado parcial compulsório das Debêntures da 3ª Série, para as Debêntures da 3ª Série registradas na SND, a operacionalização do resgate antecipado compulsório será realizada através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas, tanto do processo de resgate antecipado compulsório total ou parcial, de





habilitação dos Debenturistas da 3ª Série, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures da 3ª Série a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

As Debêntures da 3ª Série resgatadas serão canceladas pela Emissora.

CAPÍTULO VII

DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA E DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DE FAZER E NÃO FAZER

7.1. Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, e a menos que o Agente Fiduciário de outra forma previamente autorize, a Emissora obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nos Prospectos;
- (b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato que no entendimento da Emissora afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;
- (c) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial, que afete, de forma significativa, a Emissora, ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento do respectivo trânsito em julgado do processo;
- (d) notificar o Agente Fiduciário em até 2 (dois) dias úteis após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer (i) descumprimentos de obrigações previstas nesta Escritura, ou (ii) eventos de inadimplemento, assim entendidas as hipóteses de vencimento antecipado, conforme definidas no Capítulo IX abaixo;
- (e) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembléia geral de Debenturistas pela Emissora; e
- (f) manter válidas todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive licenças ambientais) necessárias à exploração de seus negócios e que possam impactar adversamente, de forma significativa, a condução de seu negócios, observado o disposto no Prospecto Preliminar e o que constará no Prospecto Definitivo.

7.2. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

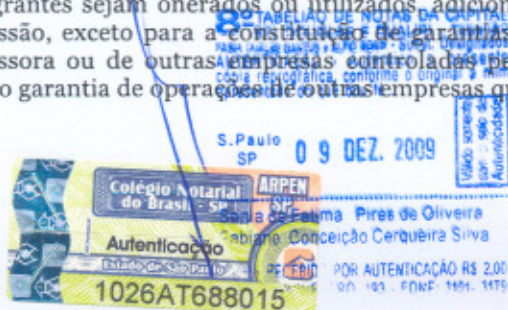
- (a) encaminhar ao Agente Fiduciário, (i) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação pelo Agente Fiduciário, sempre considerando o escopo da solicitação, informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora; (ii) dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada exercício social ou de cada trimestre social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, acompanhado de relatório demonstrando a apuração dos índices financeiros previstos no Capítulo IX abaixo, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração e de declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura; (iii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos legalmente previstos; e (iv) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de



A 10x10 grid of dots forming the letters 'JESSE'. The letters are composed of black dots on a white background. The 'J' is on the left, followed by 'E', 'S', 'S', and 'E' on the right.

- (b) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (c) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;
- (d) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis;
- (e) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (f) cumprir com a obrigação de (i) contratar agência classificadora de risco que seja a Standard & Poors, Moody's ou Fitch, ou outra agência de *rating* de renome internacional, aceita por Debenturistas representativos por pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de cada uma das séries em circulação, que as substitua caso estas venham a deixar de existir, para manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios; e (iii) comunicar em até 3 (três) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures;
- (g) encaminhar imediatamente à CVM e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea anterior;
- (h) manter em vigor as autorizações para celebrar esta Escritura e cumprir com todas as obrigações aqui previstas, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (i) cumprir, em todos seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora;
- (j) estruturar e manter um adequado e eficiente atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço; e
- (k) convocar, imediatamente, assembléia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável.

7.3. A Emissora adicionalmente se obriga a: (a) não prestar quaisquer espécies de garantias reais pela Emissora e suas Controladas (abaixo definidas), desde a Data de Emissão, sem prévio consentimento dos Debenturistas, com exceção da prestação de garantias às Controladas da Emissora que sejam detentoras de concessões rodoviárias ou aquelas garantias prestadas para participação em processos de aquisição ou licitação de concessões rodoviárias; (b) não prestar quaisquer espécies de garantias pessoais, sem prévio consentimento dos Debenturistas, com exceção da prestação de garantias pessoais às Controladas da Emissora que sejam detentoras de concessões rodoviárias ou aquelas garantias prestadas para participação em processos de aquisição ou licitação de concessões rodoviárias; (c) durante a vigência das Debêntures, não permitir que as ações da Concessionária Ecovias dos Imigrantes ("Ecovias Imigrantes") e a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições que venham a ser declaradas ou pagas pela Ecovias Imigrantes, assim como quaisquer ativos ou direitos da Ecovias Imigrantes sejam onerados ou utilizados, adicionais às garantias prestadas e vigentes na Data de Emissão, exceto para a constituição de garantias de emissões da própria Ecovias Imigrantes, da Emissora ou de outras empresas controladas pela Emissora, não podendo assim ser oferecidos como garantia de operações de outras empresas que não as acima citadas.



CAPÍTULO VIII DAS GARANTIAS

Fiança

8.1. A Fiadora assume, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiadora solidária e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração da 1ª, 2ª e 3ª Séries, conforme o caso, e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias acessórias previstas nesta Escritura, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

8.2. O Valor Garantido será pago pela Fiadora no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Fiadora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Fiadora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

8.3. A Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro.

8.4. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a presente fiança.

8.5. A presente fiança entrará em vigor na data de assinatura desta Escritura, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

8.6. A Fiadora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

8.7. A Fiadora declara que é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras; está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à outorga da fiança ora estabelecida e ao cumprimento com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto; a fiança ora outorgada constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Fiadora, exequível de acordo com os seus termos e condições; a celebração deste instrumento e a outorga da fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Fiadora ou qualquer de seus controladores seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Fiadora ou de qualquer de seus controladores; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; e as obrigações aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-la, inclusive, porém não limitados, aos seguintes: a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre os Debenturistas e a Fiadora; b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; ou c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive sua falência, pedido de recuperação extrajudicial ou judicial.

8.8. Nas hipóteses de ocorrência, com relação à Fiadora, de qualquer dos eventos a que se refere ao Capítulo IX desta Escritura, o Agente Fiduciário requererá a substituição da fiança ora prestada, que deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento, pela Emissora, de notificação solicitando a substituição.

8.9. Na hipótese a que se refere a Cláusula 8.8 acima, a fiança da Fiadora somente poderá ser substituída por fiança bancária, outorgada em benefício dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, emitida por instituição financeira que: (i) tenha classificação de risco em escala nacional equivalente a no mínimo a AAA conferida pela Standard & Poor's, Moodys América Latina e/ou Fitch Ratings; e (ii) seja escolhida entre os bancos Santander, Itaú-Unibanco, HSBC,



BB, Caixa Econômica Federal, Bradesco, e quaisquer outras instituições financeiras controladas por estes.

8.10. Exceto na hipótese de que trata a Cláusula 8.9 acima, a substituição da Fiadora estará sujeita à prévia aprovação dos Debenturistas.

8.11. Conforme indicado na Cláusula 2.3 acima, a fiança de que trata esta Cláusula foi devidamente aprovada em RCA da Fiadora, nos termos do artigo 14, inciso VI, "a", do seu Estatuto Social, realizada em 26 de outubro de 2009.

8.12. A presente fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação dos valores devidos em razão das Debêntures.

Alienação Fiduciária de Ações da Emissora e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios

8.13. O Valor Garantido, conforme acima definido, será também garantido através da alienação fiduciária de 51% (cinquenta e um por cento) das ações detidas pela Fiadora no capital social total, e inclusive no capital votante da Emissora, bem como através da cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios provenientes das distribuições de dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições que sejam devidos à Emissora e/ou Fiadora, conforme o caso, e que venham a ser declarados ou pagos pela Ecovia, Ecosul e Ecocataratas, nos termos do Instrumento de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

CAPÍTULO IX

VENCIMENTO ANTECIPADO

9.1. Na ocorrência de qualquer dos eventos listados abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora e pela Fiadora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures devidamente atualizado, acrescido da Remuneração devida desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, calculada pro *rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial ("Vencimento Antecipado"):

- a) (i) decretação de falência da Emissora e/ou de quaisquer de suas atuais e futuras controladas detentoras de concessões rodoviárias ("Controladas") e/ou da Fiadora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora e/ou por quaisquer de suas Controladas e/ou pela Fiadora; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou de quaisquer de suas Controladas e/ou da Fiadora formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou de quaisquer de suas Controladas e/ou da Fiadora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou de quaisquer de suas Controladas e/ou da Fiadora;
- b) propositura, pela Emissora, ou pela Fiadora ou por quaisquer das Controladas, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora ou por quaisquer de suas Controladas, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- c) descumprimento pela Emissora ou pela Fiadora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil, contado da data do respectivo vencimento;
- d) protestos de títulos contra a Emissora, ou a Fiadora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) atualizado mensalmente a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas) que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou



www.arpem.sp.gov.br

comprovados como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que a Emissora, ou a Fiadora tiver ciência da respectiva ocorrência, à exceção do protesto efetuado por terceiro ou, ainda, de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora ou pela Fiadora no prazo legal;

- e) pagamentos aos acionistas da Emissora, ou Fiadora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Emissora ou Fiadora estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social da Emissora, ou da Fiadora;
- f) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não-pecuniárias, que não sejam sanadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de notificação neste sentido;
- g) a Emissora, ou a Fiadora ou quaisquer das Controladas inadimplir qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), ou seu contravalor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura aplicável a tal pagamento, salvo se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento: (i) tiver a concordância do credor correspondente ou, ainda (ii) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Emissora ou por quaisquer de suas Controladas;
- h) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora, ou Fiadora ou de quaisquer das Controladas, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), ou seu contravalor em outras moedas;
- i) as declarações e garantias prestadas pela Emissora e/ou Fiadora, e as obrigações da Emissora e/ou Fiadora constantes desta Escritura, do Contrato de Distribuição e do Instrumento de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (ambos, conjuntamente, "Contratos da Oferta") forem descumpridas e/ou provarem-se falsas, incorretas ou enganosas;
- j) a Emissora ou Fiadora transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquirirá e assumirá nos documentos relativos às Debêntures, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto se realizada nos termos do item "m" abaixo;
- k) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora, ou Fiadora ou por quaisquer das Controladas, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora ou pela Fiadora, de suas obrigações relativas às Debêntures, sendo que, no caso de incapacidade de gestão dos negócios que afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento da Fiadora, deverá ser apresentada nova garantia de fiança nos termos da cláusula 8.9 desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis;
- l) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial condenatória transitada em julgado contra a Emissora, ou Fiadora ou quaisquer das Controladas, em valor unitário ou agregado superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), ou seu contravalor em outras moedas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data estipulada para pagamento;
- m) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Emissora ou de quaisquer das Controladas por outra companhia, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto no caso de uma cisão da Emissora em que, cumulativamente, os seguintes requisitos sejam atendidos: (i) todos os ativos líquidos sejam vertidos para a Fiadora; (ii) seja realizada uma única vez, durante a vigência das Debêntures; (iii) o valor dos ativos vertidos seja apresentado ao que dou fé.





em montante inferior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido consolidado da Emissora na época da cisão; (iv) a Emissora já seja controladora direta da totalidade das ações do capital social da Ecopistas; e (v) a cisão não envolva a Ecovias Imigrantes;

- n) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Fiadora, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto no caso de uma cisão da Fiadora em que cumulativamente, os seguintes requisitos sejam atendidos: (i) todos os ativos cindidos sejam vertidos para a Emissora ou para as Controladas da Emissora que sejam detentoras de concessões rodoviárias;
- o) a Emissora ou quaisquer das Controladas criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre propriedade, receitas e ativos e qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros sobre suas receitas ou recebíveis, no presente ou no futuro, da Emissora ou de quaisquer das Controladas exceto: (i) penhores ou depósitos para garantir direitos e obrigações trabalhistas, fiscais ou judiciais da Emissora, da Fiadora ou de quaisquer das Controladas, desde que liberados em 30 (trinta) dias da data em que forem constituídos; (ii) ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas exigidos pelo Poder Concedente, nos termos dos Contratos de Concessão celebrados pelas Controladas; (iii) ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas já existentes na Data de Emissão das Debêntures; (iv) ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas para fins de constituição de garantias para operações de captação de recursos da Emissora ou das Controladas; e (iv) prestação de garantias ou lastro para participação em processos de aquisição ou licitação de concessões rodoviárias da Emissora e das Controladas;
- p) as Controladas concederem mútuos, empréstimos ou adiantamentos ("intercompany") para quaisquer sociedades que não sejam a Emissora ou as Controladas;
- q) ocorrência de mudança de controle acionário direto da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- r) ocorrência de alteração societária que venha a resultar na exclusão, de forma direta ou indireta, da Primav Construções e Comércio S.A. e/ou da Impregilo International Infrastructures N.V. do controle acionário da Companhia, exceto no caso em que a referida troca de controle não resulte em rebaixamento do *rating* da Emissão em relação ao *rating* da mesma no momento imediatamente anterior ao da troca de controle. Para efeitos desse item serão considerados como válidos os *ratings* da Standard & Poor's, Fitch ou a classificação equivalente pela Moody's;
- s) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, ou quaisquer das Controladas, realizada sem o prévio consentimento dos Debenturistas, exceto se tal alteração for determinada pelo Poder Concedente ou se tratar de modificação pontual que não resulte na mudança da atividade principal da Emissora, ou de quaisquer das Controladas;
- t) transformação da Emissora, ou Fiadora ou quaisquer das Controladas em sociedade limitada;
- u) rescisão, término, término antecipado, perda, intervenção pelo poder concedente tais como encampação, caducidade, ou anulação de qualquer Contrato de Concessão celebrado pelas Controladas (excetuada a Ecovias Imigrantes);
- v) rescisão, término, término antecipado, perda, intervenção pelo poder concedente tais como encampação, caducidade ou anulação de qualquer Contrato de Concessão celebrado pela Ecovias Imigrantes;
- w) a Emissora deixar de deter o controle direto de quaisquer das Controladas, exceto como resultado do disposto na exceção do item "m" acima;
- x) a Fiadora deixar de deter o controle direto da Ecosul e da Ecopistas, exceto se a Emissora tornar-se a nova controladora;



10059

- y) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à emissão das Debêntures e/ou à fiança prestada pela Fiadora e/ou da alienação fiduciária de ações e cessão de direitos creditórios; e
- z) não observância aos seguintes índices financeiros (*covenants financeiros*), todos a serem apurados trimestralmente a partir de 31/12/2009, inclusive, com base nas demonstrações financeiras da Emissora e Fiadora, conforme o caso:
- (i) Referente à Fiadora (base consolidada): menor ou igual à 3,0 (obtido pela razão entre Dívida Líquida consolidada e EBITDA dos últimos 12 meses consolidado);
 - (ii) Referente à Emissora (base consolidada): (1) menor ou igual à 2,75 (obtido pela razão entre Dívida Líquida consolidada e EBITDA dos últimos 12 meses consolidado); (2) maior ou igual à 3,0 (obtido pela razão entre EBITDA e Despesa Financeira Líquida dos últimos 12 meses consolidado);
 - (iii) Referente à Emissora (base não-consolidada): Dívida Líquida menor ou igual à R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais)

"Dívida Líquida": significa (a) a soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias (commercial papers), títulos emitidos no mercado internacional (bonds, eurobonds, short term notes), registrados no passivo circulante e no exigível a longo prazo, (b) diminuído pelos saldos de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante.

"EBITDA": significa o lucro ou prejuízo operacional, antes da contribuição social e imposto de renda, adicionando-se as Despesas Financeiras, depreciação e amortização, e excluindo as Receitas Financeiras, e deverá ser calculado, ao longo do prazo de vigência das Debêntures, e com base nas contas contábeis citadas na presente definição e derivadas das demonstrações preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes na data da Emissão.

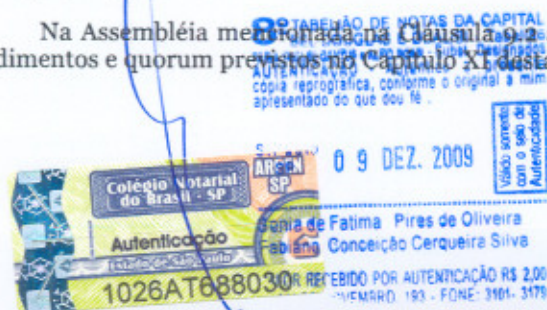
"Despesa Financeira Líquida": significa a diferença entre as Despesas Financeiras e as Receitas Financeiras, conforme definido abaixo:

"Despesas Financeiras": despesas calculadas pelo regime de competência referentes a: (i) juros relativos a dívidas bancárias, (ii) juros incorridos a títulos e valores mobiliários emitidos nos mercados financeiro e de capitais, internacional e nacional, (iii) despesa de variação monetária e cambial de juros e principal das modalidades de dívida referidas nos itens (i) e (ii) da presente definição, (iv) despesas financeiras relativas a mútuos com partes relacionadas listados no passivo da Emissora, bem como (v) despesas financeiras referentes a passivos de operações de derivativos;

"Receitas Financeiras": receitas calculadas pelo regime de competência definidos como: (i) receitas de aplicações financeiras (ii) receita de variação monetária e cambial de juros e principal sobre as dívidas bancárias, sobre o direito de outorga da concessão e sobre títulos e valores mobiliários emitidos nos mercados financeiro e de capitais, internacional e nacional, (iii) receitas financeiras relativas a mútuos com partes relacionadas listados no ativo da Emissora, bem como (iv) receitas financeiras referentes a ativos de operações de derivativos.

9.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (e), (g), (h), (j), (m), (n), (o), (p), (q), (s), (v), (w), (x) e (y) da Cláusula 9.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas da Cláusula 9.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures. A Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

9.3. Na Assembléia mencionada na Cláusula 9.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos no Capítulo XI desta Escritura, os Debenturistas poderão optar,



por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de cada uma das séries em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

9.4. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 9.2 acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 9.3 acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de cada uma das séries em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

9.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries, conforme o caso, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante do Capítulo XIV desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.14 acima.

CAPÍTULO X DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Nomeação

10.1. A Emissora constitui e nomeia a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificada, como o Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

10.2. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28/83 de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28").

Substituição

10.3. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

10.4. Se a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 9.2 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

10.5. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que o escolher, observado o disposto na Cláusula 10.9 abaixo.

10.6. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

10.7. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.



JUCESP

10.8. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

10.9. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembléia Geral de Debenturistas não delibere sobre a matéria, observado que o eventual substituto não poderá, em hipótese alguma, receber remuneração superior ao seu antecessor.

10.10. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento a presente Escritura, aditamento este que deverá ser inscrito na JUCESP.

10.10. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição.

10.11. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

Deveres

10.12. Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (k) enviar à CVM, à BM&FBOVESPA e à CETIP, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta de substituição submetida à Assembléia Geral de Debenturistas;



(l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(m) enviar à CVM, à BM&FBOVESPA e à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembleia;

(n) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: (i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora; (ii) alterações estatutárias ocorridas no período; (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora; (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (v) resgate, amortização, conversão, repactuação, aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; (viii) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures; e (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(o) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (i) na sede da Emissora; (ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário; (iii) na CVM; (iv) na BM&FBOVESPA e na CETIP; (v) na instituição líder da colocação das Debêntures, inclusive, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;

(p) publicar, às expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 3.16 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "o" acima;

(q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à instituição depositária, à CETIP e à BM&FBOVESPA;

(r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(s) calcular trimestralmente os índices financeiros previstos na Cláusula 9.1 acima e convocar Assembleia Geral de Debenturistas dentro do prazo estabelecido na Cláusula 9.2 na ocorrência de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros;

(t) notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: (i) à CVM; (ii) à BM&FBOVESPA e (iii) à CETIP;

(u) fazer com que a Emissora cumpra a obrigação prevista na alínea "f" acima bem como encaminhar à CVM o relatório de avaliação (*rating*) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da sua veiculação;

(v) verificar a regularidade da constituição da alienação fiduciária de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, de acordo com laudo de avaliação a ser apresentado anualmente por auditoria independente;

(w) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas, inclusive nas hipóteses de Oferta de Resgate Antecipado e de Resgate Antecipado Compulsório, conforme previstas nesta Escritura, inutilizando os certificados correspondentes às Debêntures resgatadas.

Atribuições Específicas



10.13. O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer processos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(a) declarar, observadas as condições desta Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

(b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

(c) requerer a falência da Emissora, após a inobservância desta última de notificação que lhe tenha sido encaminhada requerendo o cumprimento da obrigação em atraso, mediante a concessão de prazo de, pelo menos, 5 dias; e

(d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora, após a inobservância desta última de notificação que lhe tenha sido encaminhada requerendo o cumprimento da obrigação em atraso, mediante a concessão de prazo de, pelo menos, 5 dias.

10.14. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas da Cláusula anterior se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar pelo *quorum* de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures de cada uma das séries em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures de cada uma das séries em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" da mesma Cláusula.

10.15. O Agente Fiduciário prestará contas à Emissora das despesas necessárias à salvaguarda dos direitos e interesses dos Debenturistas, para o fim de ser, imediatamente, ressarcido pela Emissora.

10.16. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 10.15 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

Remuneração

10.17. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga em parcelas anuais de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), sendo a primeira devida 5 dias após a data de concessão ou dispensa de registro da oferta pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários e as demais a cada aniversário anual da data do primeiro pagamento, e após o vencimento das Debêntures, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por mês, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Companhia e desde que tal pagamento não incorra em duplicidade com a parcela anual mencionada.

10.18. As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGPM ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura da escritura de emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die*.

10.19. As parcelas serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o imposto de renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

10.20. O Agente Fiduciário será reembolsado pela Companhia por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios:

(a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;



- (b) locomoções dentro e entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções, desde que as despesas sejam razoáveis, comprovadas;
- (c) extração de certidões e eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

10.21. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista na cláusula acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

10.22. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais e administrativos, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem, também, os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas razoáveis reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

10.23. No caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora incidirão os Encargos Moratórios da cláusula 3.14 desta Escritura.

CAPÍTULO XI **DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS ("AGD")**

Convocação

11.1. Os Debenturistas da Primeira Série; os Debenturistas da Segunda Série e os Debenturistas da 3ª Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série e/ou dos Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso.

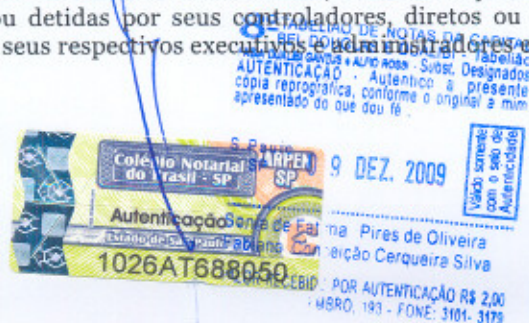
11.2. A Assembléia Geral de Debenturistas de cada uma das séries pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação da respectiva série, ou pela CVM.

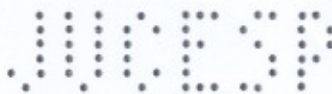
11.3. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no órgão de imprensa estabelecido na Cláusula 3.16 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembléias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

Quorum de Instalação

11.4. A Assembléia Geral de Debenturistas da respectiva série instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações.

11.5. Para os efeitos da presente Escritura, considera-se Debêntures em circulação de cada uma das séries todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora, Fiadora ou detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, controladas ou coligadas, bem como por seus respectivos executivos, administradores e respectivos cônjuges.





Mesa Diretora

11.6. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas da respectiva série caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou aquele que for designado pelo CVM.

Quorum de Deliberação

11.7. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas da respectiva série, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

11.8. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação da respectiva série.

11.9. As alterações referentes ao prazo de vigência das Debêntures, às datas de amortização de principal, à redução da Remuneração aplicável às Debêntures, alteração de prazos de vencimento e pagamentos de principal e Remuneração, alteração nas condições de resgate antecipado, qualquer modificação na Cláusula de Vencimento Antecipado, alteração dos termos e condições da Fiança ou de quaisquer das garantias, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação da respectiva série.

11.10. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura, dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação da respectiva série, exceto se houver outro quorum específico previsto para a matéria.

11.11. Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos nesta Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

11.12. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia e da Fiadora nas assembleias gerais de Debenturistas.

11.13. O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

11.14. Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

CAPÍTULO XII **DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

12.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculante do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições.



JUL 2009

(f) é equiparado a uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;

(g) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(h) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto com relação às Debêntures da presente Emissão;

(i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;

(j) verificou os limites de emissão previstos no artigo 60 § 1º "a" da Lei das Sociedades por Ações;

(k) aceita integralmente todas as cláusulas e condições da Escritura; e

(l) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes.

Declarações e Garantias da Emissora e da Fiadora

12.2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.7 acima, a Emissora e a Fiadora declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

(a) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(b) a celebração desta Escritura, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora ou a Fiadora sejam parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou da Fiadora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora ou pela Fiadora;

(d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora e da Fiadora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;

(e) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e da Fiadora, de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;

(f) as declarações, informações e fatos contidos no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão em relação à Emissora e à Fiadora são verdadeiras;

(g) as opiniões, análises e expectativas expressas no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão em relação à Emissora e à Fiadora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

(h) não há fatos relativos à Emissora ou à Fiadora que, nas respectivas datas dos Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com



que alguma declaração relevante do prospecto da Emissão seja enganosa, incorreta ou inverídica; as demonstrações financeiras da Emissora e da Fiadora representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e da Fiadora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;

- (i) as informações financeiras da Emissora e da Fiadora, em todo os seus aspectos relevantes, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e da Fiadora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- (j) a Emissora e a Fiadora estão cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (k) exceto pelas contingências informadas no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Emissora e da Fiadora, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira; e
- (l) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

12.3. A Companhia obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos deste Capítulo XII.

CAPÍTULO XIII **TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA**

13.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

CAPÍTULO XIV **COMUNICAÇÕES**

14.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

- (a) Para a Emissora:

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 11º andar, Itaim Bibi

At.: Sr. Roberto Koiti Nakagome

Telefone: (11) 3709-4990

Fax: (11) 3709-4991

E-mail: roberto.nakagome@ecorodovias.com.br



JUDICIAL

(b) Para a Fiadora:

Primav Ecorodovias S.A.

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 11º andar, Itaim Bibi

At.: Sr. Roberto Koiti Nakagome

Telefone: (11) 3709-4990

Fax: (11) 3709-4991

E-mail: roberto.nakagome@ecorodovias.com.br

(c) Para o Agente Fiduciário:

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Endereço: Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar

At.: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira

Telefone: (21) 2507-1949

Fax: (21) 2507-1773

E-mail: pavarini@pavarini.com.br

(d) Para o Banco Mandatário:

Banco Itaú S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 9º andar
São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Loureiro

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

(e) Para o Agente Escriturador:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar
São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Loureiro

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

(f) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar, São Paulo, SP

Site: www.cetip.com.br

(g) Para a BM&FBOVESPA:

BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS

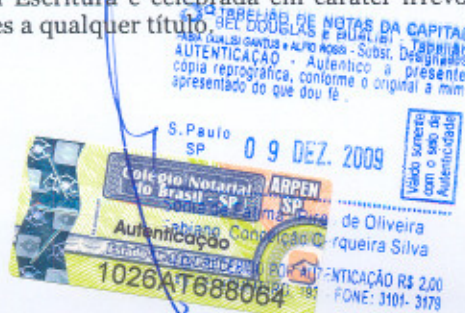
Praça Antonio Prado, nº 48, São Paulo, SP

Rua XV de Novembro, nº 275, São Paulo, SP

Site: www.bmfbovespa.com.br

**CAPÍTULO XV
DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.



15.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba a quaisquer das partes e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da outra parte prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

15.3. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

15.4. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

15.5. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 30 de novembro de 2009



JUCESP

Página de Assinatura da Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

Nome:

Cargo:

Roberto Nakagô

Diretor de Relações
com Investidores

Nome:

Cargo:

Marcello Guídoti

Diretor de Finanças



VALOR RECEBIDO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,00
R. XV DE NOVEMBRO, 193 - FONE: 3101-3179

JUCESP

Página de Assinatura da Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

04 12 09

Primav Ecorodovias S.A.

Nome:

Cargo:

Roberto Nakagome
Diretor de Relações
com Investidores

Nome:

Cargo:

Marcello Guidotti
Diretor de Finanças



Flávia de Paula Pires de Oliveira
Fabiano Conceição Cerqueira Silva

VALOR RECEBIDO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,00
R. XV DE NOVEMBRO, 193 - FONE: 3101- 3179

Página de Assinatura da Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Nome:

Cargo:

RINALDO RABELLO FERREIRA
CIC-509.941.827-91

Nome:

Cargo:

Carlos Alberto Bacha
CPF 606.744.587-53
Procurador



04.12.09

Testemunhas:

Raquel Turano de Souza

Nome: Raquel Turano de Souza
RG: CPF: 266.574.248-92
RG. 20.345.896-5 SSP/SP

Greta Coutinho

Nome: Greta Coutinho
RG: CPF: 353.626.808-03
RG: 29.796.923-7 SSP/SP



SECRETARIA DA FAZENDA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
DEBÊNTURE

CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO

KÁTIA REGINA BUENO DE LODO
SECRETARIA GERAL

ED000468-6/000



JUCESP

